

**RELATÓRIO DA ETAPA GOIANA PREPARATÓRIA PARA O III ENE**  
**29 E 30 DE MARÇO DE 2019**  
**GOIÂNIA/GO**

Ativistas, militantes, educadoras e educadores, trabalhadoras e trabalhadores e estudantes do campo e da cidade se reuniram entre 29 e 30 de março nas dependências da Universidade Federal de Goiás para discutir e deliberar sobre os temas do III Encontro Nacional de Educação. A seguir são apresentadas as resoluções de cada grupo de trabalho

**GT-1: Autonomia, democracia e a luta pela liberdade de Ensino** (GT conformado para discutir os temas dos GT “Organização da Classe Trabalhadora” e “Democracia, Autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra/ensinar”)

*Resoluções*

1. Reativar a Frente goiana por uma Escola sem Mordça.
2. Construir um Fórum popular, sindical e de Juventudes por liberdades democráticas e direitos sociais em Goiás.
3. Intensificar esforços e fortalecer iniciativas para construir um calendário unificado de lutas em defesa de direitos sociais, com ênfase na luta contra a reforma da previdência.
4. Pautar a defesa da educação pública, laica, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e contra toda forma de opressão nos diversos espaços e frentes de luta de classes trabalhadora.
5. Buscar a criação nas escolas de um núcleo de organização conforme a área de abrangência no bairro para: realizar o orçamento anual da escola, discutir propostas de combate a violência na escola e no bairro através dos moradores; e discutir a formação do currículo com a comunidade.
6. Defender 10% do PIB para a educação.

**GT-2 Organização do trabalho e da estrutura escolar** (GT conformado para discutir os temas dos GT “Conhecimento, Currículo e Avaliação”, “Formação de trabalhadores da educação”, “Trabalho na educação e condições de estudo” e “Gestão/Organização do trabalho escolar”.

### *Realidade local*

- A questão das escolas militares, privatização e tercerização é central na conjuntura goiana. Ela representa a unidade de todas as logicas debatidas aqui.
- Pelo direito à educação de qualidade, integral e laica em qualquer período da sua vida.
- Pela formulação de políticas públicas que assegurem o direito da criança, dos jovens, adultos e idosos à educação.
- Defender a ideia de que estamos inseridos em uma sociedade de classes
- Luta em defesa da escola como espaço de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos.
- O contexto do processo de militarização das escolas públicas estaduais de Goiás ocorre como desdobramento de uma política voltada para o desmonte da educação pública do estado de Goiás. A rede estadual de ensino passa por um longo processo de precarização das condições de ensino (sucateamento), retirada de direitos dos trabalhadores da educação. Na medida em que a educação pública estadual se tornou caótica a proposta de militarização das escolas foi imposta em mais de 40 estabelecimentos de ensino no estado. Podemos caracterizar este processo com os seguintes elementos:
  - Imposição de um controle interno as escolas, realizados por policiais militares. Impondo uma disciplina e comportamentos aos estudantes públicos da estrutura hierárquica da polícia;
  - A direção e administração do processo escolar realizado por policiais militares, que passam a fiscalizar e formatar o trabalho docente e o comportamento discente, além de perseguir os professores militantes;
  - estabelecimento de contribuições financeiras “voluntarias” para as famílias dos estudantes;
  - criação de um ambiente educacional voltado para a lógica do reconhecimento da autoridade por meio de sanções contra as(os) estudantes, culminando em muitos casos de transferência dos “casos problemas” para escolas não militarizadas.
  - Defesa da educação infantil, como uma etapa da Educação Básica que possui uma proposta pedagógica.

- Falta de investimentos em estrutura, materiais pedagógicos e condições de trabalho do profissional.
- Escola precarizada em vista da demanda capitalista, aliada a substituição de professores como os pedagogos por profissionais não qualificados.
- Educação pela humanização.
- Considerar a discussão do eixo 2 passa por demarcar uma concepção de educação escolar. Para isso é necessário ter no horizonte de todas as nossas discussões e ações o fato de estarmos inseridos numa sociedade de classes. Portanto a educação pública escolar deve estar endereçada à classe trabalhadora para que esta tenha acesso dos conhecimentos artísticos, científicos e filosóficos, tendo em vista, uma formação integrada dos sujeitos. Disso se desdobra a defesa de uma formação de professores que não prime pelo aspecto pratico em detrimento do componente teórico; a defesa de uma escola que prime pela diversidade (ideias, sujeitos, trajetórias e conhecimentos); a defesa de uma escola que prime pelo acesso aos conhecimentos sistematizados da educação infantil à educação de jovens e adultos.
- Combate ao praticismo pedagógico na formação inicial de professores (residência pedagógica).
- Considerando os ataques às escolas, como a meta do atual governador de fechar cerca de 400 escolas de Ensino Médio, mas também diretamente às categorias de professores com a retirada de direitos como a reforma da previdência e aos estudantes com a inviabilização do uso do transporte público, com o aumento da passagem e a diminuição cada vez mais do acesso ao Passe Livre Estudantil; propomos a união entre as categorias em torno desse espaço que, como o dito não fara revolução, mas ainda é um espaço de resistência.
- Lutar por maior espaço de debate no curso de formação dos professores de educação básica, como também na formação continuada, de questões relacionadas a violência simbólica, bullying, diversidade sexual, igualdade de gênero, discriminação racial e social, de forma a promover um currículo inclusivo e que respeite as diversidades.
- Não creditar todas a mudança às escolas. É necessário que haja políticas públicas Inter setoriais. Porém deve haver um esforço pratico da categoria,

principalmente entre os militantes históricos, em ocupar os espaços da cidade e reivindicar essas políticas públicas. Instigar o movimento da classe.

- O enorme avanço da militarização das escolas no estado de Goiás e seus enfrentamentos frente ao projeto de educação em curso (tecnicista, privatizações, gestão anti-democrática)
- Jataí como experiência na implementação de OS que encontra um mercado grande em todos os segmentos da formação. E que vem com uma nova intensificação no ensino superior. Nos IFs recentemente houve desarticulações através do sucateamento no repasse de verbas em vista de justificar uma implementação do sistema.
- Combater o enxugamento da formação superior, a exemplo da declaração de Bolonha.

### *Resoluções*

- Que exija profissionais qualificados, tempo integral e universalização das vagas.
- Fazer a chamada pública para educação de jovens, adultos e idosos como está na LDB.
- Incentivar que a escola vá além dos muros e incentive a classe a resolver seus problemas coletivamente, em seus conselhos e espaços de organização. Afinal todos os aspectos da vida da parcela da classe que está inserida na Educação Pública brasileira influenciam no seu acesso ao conhecimento sistematizado.
- Retomada da luta por projetos alternativos de educação, como a educação politécnica, de formação omnilateral nas diversas áreas do conhecimento e das fases educacionais.
- Construção de projetos de escolas com equipamentos múltiplos de formação comunitária, centrados nos pilares artísticos, tecnológicos, corporais e humanísticos, fora dos muros escolares.
- Combater o fim da democracia e autonomia nas deliberações das escolas, incluindo a retirada de eleições diretas da comunidade como método. Pela defesa da gestão democrática!
- Debater a questão da substituição dos cursos técnicos pelos cursos superiores. Defender a livre organização de grêmios estudantis e do movimento estudantil

nas escolas como forma de resistência para os estudantes principalmente nas escolas periféricas. Lutar pela permanência dos estudantes.

- Chamar a população para debater a escola militar. Por exemplo através da pauta econômica, cobrança de taxas, preço do uniforme. Fere o princípio da diversidade. Padronização por meio de regimentos internos. Autoritarismo extremado. Mas por detrás dessa aparência estão pautados os pilares da investida neoliberal na educação pública. Pelo fim das escolas militares
- Debates e mobilizações contra as privatizações da educação pública tanto das etapas básicas quanto especiais, a qual se baseia numa gestão empresarial dentro da lógica neoliberal retirando a autonomia na/da organização da escola interferindo na autonomia da relação professor-aluno, organização estrutural e desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.
- Promover o combate contínuo aos modelos de privatização e terceirização da educação incluindo empresas públicas de direito privado (OS, OSCIP, PPP e fundações) pelo debate ideológico, aprofundando nas questões econômicas, precarizadoras do trabalho e da qualidade do sistema educacional, a exemplo do que acontece na saúde com a EBSEH.
- A formação continuada de professores é uma das condições para o fortalecimento de uma educação escolar pública. Para isso é necessário articular ao/as companheiros/as da categoria docente para o enfrentamento junto às secretarias que sejam garantindo: a) plano de carreira que considere a formação continuada; b) políticas que garantam a licença dos/as professores para estudarem.
- Combater as avaliações de larga escala como instrumento de regulação, controle e opressão da escola, que desde uma perspectiva individualista, não leva em consideração o contexto econômico, social e cultural da região. Defender a avaliação como meio e não como fim, de forma a incluir a criança e o aluno no processo de construção de conhecimento.
- Perspectiva de formação superior não centrada na especialização fragmentada, construindo espaços de articulação de complementariedade disciplinar e interdisciplinar com formação filosófica em todas as áreas.

- Viabilização de programas de ensino, pesquisa e extensão na educação média pública, proporcionando a reflexão sobre as problemáticas da separação do trabalho manual e intelectual.

### **GT-3 Universalização da educação, acesso e permanência**

#### *Resoluções*

- Defesa da educação pública superior Estadual
- Apoio ao movimento grevista na UEG por políticas de assistência Estudantil - Combate a terceirização!
- Fortalecimento das relações entre campo e cidade: alimentos saudáveis do campesinato e da agricultura familiar nas escolas, universidades e institutos como estratégia contra a terceirização, ampliando o atendimento
- Gestão dos restaurantes estudantis e universitários geridos pela universidade e seus conselhos de democracia interna.
- “Educação do campo é direito e não esmola!” – Expansão das escolas e modalidades da educação básica.
- Fortalecimento das licenciaturas em educação no campo, garantir o acesso dos camponeses por meio de processos seletivos específicos e participação nos conselhos responsáveis por fechamento das escolas do campo.
- Que trabalhadoras, trabalhadores tenham direito a educação básica garantida .
- Abertura de turmas e condições de permanência no EJA.
- Aumento do custo per capita de financiamento: “Pela permanência do ensino médio noturno!”.
- Consolidação das novas universidades federais de Jataí e Catalão - nomeação dos reitores escolhidos pela comunidade acadêmica: Derrotar o decreto 9725/2019!
- Defesa do PNAES como política de Estado com aumento progressivo de verbas sob controle de conselhos populares de estudantes e trabalhadores da educação.
- Constituição de conselhos populares eleitos com voto imperativo da classe trabalhadora da área, comunidade local como forma de administrar e organizar políticas educacionais para a escola – Levando em conta os arranjos sociais.

- Criação de centros de atendimentos multidisciplinares em todos os municípios e bairros como forma de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional.
- Por novos métodos de avaliação estimulem o aluno.
- Pela ampliação do FUNDEB e o fim do vestibular
- Universalização das políticas de permanência e acesso e fortalecimento dos programas de auxílio estudantil, democratização do acesso ao PIBIC e manutenção do PIBID como um programa de formação e estratégia de permanência.
- A luta pela universalização da educação, acesso e permanência está vinculada a luta da classe trabalhadora contra o capital e nesse momento contra os governos neoliberais ultraconservadores
- Contra o avanço da escola sem partido na forma das escolas militarizadas em Goiás
- Acrescentar ao final da ementa do GT 3 acrescentar “Visando a igualdade substantiva”

### *Análises*

- Crise da permanência – Bolsas permanência e precarização do ensino e do trabalho.
- Unidade contra a EM 95 – Defesa do financiamento da educação, à luta contra o desmonte da UEG.
- Democracia, autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra.
- A defesa das políticas afirmativas de acesso como política de Estado.

### **GT-4 Financiamento e mercantilização da Educação**

#### *Resoluções*

1. Identificar o que foi implementado e cumprido no Plano Estadual de Educação (PEE) e no Plano Nacional de Educação (PNE) tentando enriquecer o diagnóstico do desmonte da educação pública e gratuita.
2. Construção de um calendário para o sudoeste goiano voltado para discussão e construção de consciência popular.

3. Apoio no esclarecimento da transição das regionais Jataí e Catalão para, respectivamente, Universidade Federal de Jataí e Universidade Federal de Catalão com o apoio do ANDES, do DCE e interessados.
4. Debater e combater o Decreto 9725/19 em âmbito nacional.
5. Fortalecimento do controle social do financiamento de educação formal e popular.
6. Ações junto aos parlamentares da ALEGO – Comissão de Educação e parlamentares apresentando dados e documentos sobre a necessidade de financiamento adequado da educação pública em Goiás.
7. Combater as OS, contratações temporárias, desvinculações orçamentárias.
8. Identificar as organizações de trabalhadores nos níveis municipal, estadual e federal, para construir um calendário de lutas para contribuir na consciência política com pautas para serem problematizadas com os trabalhadores no sentido de desmascarar a lógica perversa do capital.
9. Fortalecer a luta e o debate para que o projeto de lei, que se encontra no Senado Federal, para que a Assistência Estudantil adquira status de política pública. Garantir o acesso e as condições de permanência do estudante com financiamento público até a conclusão do curso em universidade pública de qualidade e gratuita.
10. Fortalecer a luta, em parceria com o ANDES, movimentos sociais e estudantes, pela democracia e pelo processo de ruptura abrangendo periferias, desburocratizando e popularizando o debate e garantindo a participação social.
11. Defender a ampliação do financiamento da educação pública e de qualidade, baseada na transparência financeira, com gestores qualificados, capacitados e democráticos para fortalecimento, implantação e implementação de IES e escolas básicas nos diversos municípios do estado e país.
12. Barrar o crescimento do ensino privado, que capta financiamento com dinheiro público para o ensino privado, bem como a EAD.
13. Levar aos bairros periféricos, juntamente com entidades, sindicatos e movimentos sociais a discussão sobre direitos básicos garantidos na constituição federal, a saber: moradia, saneamento básico, saúde, mobilidade urbana, educação pública enfatizando creches e educação básica.

#### **GT-5 Gênero, sexualidade, orientação sexual, questões étnico-raciais**

##### *Resoluções*



1. Defender um dia nacional da luta contra a gordofobia. Abordar o tema da gordofobia de forma desconstruída, por meio de atividades multidisciplinares (biologia, educação física, sociologia, física e química, como também as áreas de humanidades).

2. Criação de uma agenda nacional sobre as lutas contra as opressões de gênero, sexualidade, orientação sexual e étnico-raciais fora dos muros das universidades nas seguintes datas:

- 28/05 Dia Internacional da luta pela saúde da mulher e dia nacional de redução da morte materna.
- 23/09 Dia Internacional contra a exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças (Salientamos que Goiás se mantém há 10 anos como importante polo do tráfico internacional de mulheres, por isso sentimos a necessidade de pautarmos essa data).
- 10/10 Dia Nacional de luta contra a violência à mulher.
- 25/10 Dia Internacional contra a exploração da mulher.
- 28/06 Dia Internacional do orgulho LGBTT+.

- 20/11 – Dia da Consciência Negra

3. Colocar gênero e saúde mental como componentes obrigatórios da educação básica e superior.
4. Garantir formação permanente para funcionários públicos sobre gênero, sexualidade e questões étnicas e raciais.
5. Lutar pelo fortalecimento e pronta implementação da lei 11645/08, além da criação de campanhas que trabalhem a memória sobre a escravidão, os escravizados e o racismo estrutural no Brasil.
6. Lutar pela permanência das disciplinas que provocam o conhecimento crítico (sociologia, filosofia, educação física e história), visando o acesso ao conhecimento e a formação de boa qualidade, evitando a terceirização do ensino, conseqüentemente formando mão de obra barata e sem senso-crítico, haja vista a problemática da Reforma do Ensino Médio.
7. Defender livros didáticos com conhecimentos amplos sobre diversidade de gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnicas e raciais. T
8. Criar uma comissão de acompanhamento da construção da nova Proposta Político-Pedagógica da Rede Municipal de Educação para a Educação Infantil, garantindo que sejam mantidos e ampliados os debates sobre as questões de gênero, diversidade e questões étnicas e raciais a partir de um viés classista.
9. Realizar um diagnóstico do déficit de vagas em creches e escolas nos municípios, com foco nos bairros periféricos, de maneira a aprofundar a luta pelo acesso à educação dos filhos e filhas da classe trabalhadora que são, em sua maioria, negros e negras.
10. Garantia do acesso à Educação às pessoas que não possuem comprovante de endereço, como aquelas em situação de rua, ou que vivem em ocupações.
11. Incentivar a organização estudantil em prol dos interesses e demandas dos estudantes, bem como garantir que as instituições de ensino e Estado reconheçam e não prejudiquem a luta dos estudantes.
12. Cobrar das Secretarias de Educação de cada Estado que criem uma Ouvidoria sistematizada das escolas (tanto públicas, estaduais, quanto privadas), para que a comunidade escolar (estudantes, professores, pais e responsáveis...) possam formalizar sua denúncia e terem acesso e transparência no andamento do processo de denúncia, como também, receber assessoria que possibilite e ajude as e os denunciantes, na conscientização de seus direitos, quais medidas necessárias a serem tomadas e como buscar amparo jurídico.

## **MOÇÕES APROVADAS**

### **Moção de Apoio à luta em defesa da UEG**

Docentes, estudantes, técnicos, lutadoras e lutadores reunidos na etapa goiana do III Encontro Nacional de Educação, realizada em Goiânia, entre os dias 29 e 30 de março, manifestam apoio ao movimento grevista e de luta em curso na UEG.

As políticas de austeridade engendradas pelo grande capital impactam a educação pública promovendo o sucateamento. No Estado de Goiás sofremos ainda com os governos conservadores, representantes de oligarquias e do agronegócio que historicamente tentam enfraquecer a educação pública por meio de terceirização, militarização e privatização. Neste momento, professores e servidores estão com salários atrasados. O mesmo ocorre com alunos e alunas que estão com bolsas suspensas, comprometendo a própria sobrevivência.

Contra toda forma de calote do governo Caiado. Em defesa do fortalecimento de melhores condições de acesso e permanência. Apoiamos a UEG e todos os seus estudantes, docentes e técnicos-administrativos em educação.

### **Moção de Repúdio à decisão da Direção da Faculdade de Direito da UFG sobre a fixação de cartazes e outros materiais**

Docentes, estudantes, técnicos, lutadoras e lutadores reunidos na etapa goiana do III Encontro Nacional de Educação, realizada em Goiânia, entre os dias 29 e 30 de março, manifestam seu repúdio à proposta de resolução da Direção da Faculdade de Direito que pretende regulamentar “o uso de murais e fixação de cartazes, faixas e banners na Faculdade de Direito”.

Entendemos que em um período de ataques contra as liberdades democráticas, a proposta de regulamentação pode impedir que os movimentos docente, de técnicos-administrativos e estudantil sejam cerceados, já que cartazes, faixas, banners, pinturas, etc. são importantes instrumentos que contribuem para afirmar as pautas da comunidade acadêmica.

Além disso, a proposta de paredes higienizadas pode ser um instrumento para afirmar políticas conservadoras, silêncios afrontosos e a defesa de privilégios.

Em defesa da livre manifestação da comunidade acadêmica na universidade e da autonomia do movimento estudantil, defendemos que a proposta de regulamentação seja retirada de discussão.